

ANALISTA DE GESTÃO CORPORATIVA FINANÇAS E ORÇAMENTO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

01- O candidato recebeu do fiscal o seguinte material:

a) este caderno, com o tema da Redação e 60 questões objetivas, sem repetição ou falha, assim distribuídas:

Conhecimentos Básicos				Conhecimentos Específicos	
Língua Portuguesa		Noções de Administração Pública		Questões	Pontuação
Questões	Pontuação	Questões	Pontuação		
1 a 10	2,5 ponto cada	11 a 20	1,5 ponto cada	21 a 60	1,5 ponto cada
Total: 25,0 pontos		Total: 15,0 pontos		Total: 60,0 pontos	
Total: 100,0 pontos					

b) um **CARTÃO-RESPOSTA** destinado à marcação das respostas das questões objetivas formuladas nas provas cujo verso é a página para desenvolvimento da Redação, que vale até 50,0 pontos, o qual é denominado **CARTÃO-RESPOSTA/PÁGINA DE REDAÇÃO**.

02 - O candidato deve verificar se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **CARTÃO-RESPOSTA/PÁGINA DE REDAÇÃO**. Caso não esteja nessas condições, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.

03 - Após a conferência, o candidato deverá assinar, no espaço próprio do **CARTÃO-RESPOSTA/PÁGINA DE REDAÇÃO**, com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**.

04 - No **CARTÃO-RESPOSTA/PÁGINA DE REDAÇÃO**, a marcação das letras correspondentes às respostas certas deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**, de forma contínua e densa. A leitura ótica do **CARTÃO-RESPOSTA/PÁGINA DE REDAÇÃO** é sensível a marcas escuras, portanto, os campos de marcação devem ser preenchidos completamente, sem deixar claros.

Exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

05 - O candidato deve ter muito cuidado com o **CARTÃO-RESPOSTA/PÁGINA DE REDAÇÃO**, para não o **DOBRAR, AMASSAR** ou **MANCHAR**. O **CARTÃO-RESPOSTA/PÁGINA DE REDAÇÃO** somente poderá ser substituído se, no ato da entrega ao candidato, já estiver danificado em suas margens superior e/ou inferior - **DELIMITADOR DE RECONHECIMENTO PARA LEITURA ÓTICA**.

06 - Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. O candidato só deve assinalar **UMA RESPOSTA**: a marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS ESTEJA CORRETA**.

07 - As questões objetivas são identificadas pelo número que se situa acima de seu enunciado.

08 - **SERÁ ELIMINADO** deste Concurso Público o candidato que:

a) se utilizar, durante a realização das provas, de aparelhos sonoros, fonográficos, de comunicação ou de registro, eletrônicos ou não, tais como agendas, relógios não analógicos, *notebook*, transmissor de dados e mensagens, máquina fotográfica, telefones celulares, *paggers*, microcomputadores portáteis e/ou similares;

b) se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o **CADERNO DE QUESTÕES** e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA/PÁGINA DE REDAÇÃO**;

c) se recusar a entregar o **CADERNO DE QUESTÕES** e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA/PÁGINA DE REDAÇÃO**, quando terminar o tempo estabelecido;

d) não assinar a **LISTA DE PRESENÇA** e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA/PÁGINA DE REDAÇÃO**.

Obs: Iniciadas as provas, o candidato só poderá retirar-se da sala após decorrida **1 (uma) hora** do efetivo início das mesmas e não poderá levar o **CADERNO DE QUESTÕES**, a qualquer momento.

09 - O candidato deve reservar os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA/PÁGINA DE REDAÇÃO**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **CADERNO DE QUESTÕES NÃO SERÃO LEVADOS EM CONTA**.

10 - O candidato deve, ao terminar as provas, entregar ao fiscal este **CADERNO DE QUESTÕES**, o **CARTÃO-RESPOSTA/PÁGINA DE REDAÇÃO** e **ASSINAR A LISTA DE PRESENÇA**.

11 - O **TEMPO DISPONÍVEL PARA ESTAS PROVAS DE QUESTÕES OBJETIVAS E DE REDAÇÃO É DE 4 (QUATRO) HORAS**, incluído o tempo para a marcação do seu **CARTÃO-RESPOSTA/PÁGINA DE REDAÇÃO**, findo o qual o candidato deverá, obrigatoriamente, entregar o **CADERNO DE QUESTÕES** e o **CARTÃO-RESPOSTA/PÁGINA DE REDAÇÃO**.

12 - As questões e os gabaritos das Provas Objetivas serão divulgados no primeiro dia útil após a realização das mesmas, no endereço eletrônico da **FUNDAÇÃO CESGRANRIO** (<http://www.cesgranrio.org.br>).

REDAÇÃO

A vida em comunidades, grandes ou pequenas, requer equilíbrio entre os direitos individuais e as regras de boa convivência, tanto no espaço privado quanto no espaço público.

Na legislação atual, existem leis que, em função de suas finalidades, estabelecem restrições objetivas para a geração de ruídos durante dia e noite.

Se por um lado sabe-se que estudos médicos consideram que o volume elevado pode causar danos à saúde humana e dos animais, por outro lado, som alto pode vir associado à alegria, como ocorre em bailes de carnaval e em festas públicas.

Pesquisa feita sobre o assunto no Google traz matérias que ilustram as duas posições. O incômodo produzido pelo som está presente em títulos como “Moradores reclamam do som alto no Pacaembu”, “Quando é possível reclamar do vizinho barulhento” e “Som alto prejudica a saúde”. Por outro lado, há um site no Facebook intitulado “Loucos por som Alto” e uma postagem no Instagram que afirma “É assim que começa a segundona!!! Som alto e alegria pra trabalhar e treinar!!”.

Com base nesses aspectos sobre o prazer e o incômodo provocados pelo uso do som no espaço público e privado, **escreva um texto em que você se posicione a favor ou contra a existência de lei que determine o modo como o som deve ser usado nesses espaços.** Apresente argumentos claros e precisos que sustentem a sua opinião. **Esclareça, ainda, se essa lei deve restringir-se a certos horários ou locais.**

No desenvolvimento do tema, o candidato deverá:

- a) demonstrar domínio da escrita padrão;
- b) manter a abordagem nos limites da proposta;
- c) redigir o texto no tipo dissertativo-argumentativo, não sendo aceitos textos narrativos nem poemas;
- d) demonstrar capacidade de seleção, organização e relação de argumentos, fatos e opiniões para defender seu ponto de vista.

Apresentação da redação

- a) O texto deverá ter de 20 a 25 linhas, mantendo-se no limite de espaço para a Redação.
- b) O texto definitivo deverá ser passado para a Página de Redação (o texto da Folha de Rascunho não será considerado), com caneta esferográfica transparente de tinta na cor preta e em letra legível.
- c) A Redação não deve ser identificada, por meio de assinatura ou qualquer outro sinal.

RASCUNHO

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Pessoa em pessoa

Existe uma ironia ao fazer-se um guia a partir de um roteiro turístico escrito por Fernando Pessoa: embora ele tenha detalhado cada ponto de Lisboa, cidade onde nasceu e viveu, o maior poeta português não gostava de viajar. Se saiu, foi muito pouco, e só deixou a sua cidade natal em raras ocasiões. Numa delas, por motivos familiares, viveu um período em Durban, na antiga colônia inglesa na África do Sul. Após a morte do pai, a sua mãe casou-se com o militar João Miguel Rosa, que, por sua vez, se tornou cônsul de Portugal na cidade africana, obrigando a família a mudar-se. Pessoa foi para lá em 1896, com 8 anos, ali ficando até aos 17 anos.

Antes e depois desse período, a sua vida foi fincada em Lisboa [...] “Para Pessoa, Lisboa foi mais do que uma cidade, foi a pátria, condensadamente. E desde que nela lançou âncora, em 1905, nunca mais daí saiu”, confirma Teresa Rita Lopes, uma das maiores investigadoras da obra e da vida do poeta [...].

20 Rotas pessoais

Pessoa era uma espécie de *freelancer*, um profissional autônomo que se dedicava a traduções de cartas comerciais para diversas empresas e casas comerciais de Lisboa. Isso ajuda a explicar o fato de ter sido um verdadeiro andarilho, indo de um lado para o outro, algo que acabaria por constituir a sua própria personalidade. Era caminhando que pensava, que refletia.

“Para ele era uma maneira de estar sozinho de fato, bem como uma forma de ter ideias, era uma maneira de criar. Depois, nos diários que fez, dizia as ideias que tinha tido em tal passeio. Os passeios para ele eram também momentos de criação. Andava imenso”, explica Teresa Rita Lopes.

CORREIA FILHO, J. **Lisboa em Pessoa**: guia turístico e literário da capital portuguesa. Lisboa: Publicações Don Quixote, 2011, p. 21 - 22. Adaptado.

1

No título “Pessoa em **pessoa**”, se considerado o nome do poeta, a palavra em destaque evoca o seguinte sentido:

- (A) A lembrança de que Fernando Pessoa também trabalhava como profissional autônomo.
- (B) O estabelecimento do estreito elo entre o poeta, a sua obra e sua aversão a viagens.
- (C) A ideia de que cada pessoa possui um modo próprio de fazer turismo, seja solitário ou em grupo.
- (D) A ironia de que um poeta possa vir a ser um autor de guias turísticos.
- (E) A revelação do aspecto humano do poeta por meio de seus diários.

2

A seguinte frase tem todas as palavras grafadas corretamente:

- (A) Pessoa conhecia muito bem Lisboa e admirava cada ponto da cidade.
- (B) O poeta português não gostava muito de viajar, mais às vezes tinha de sair de Lisboa.
- (C) Fernando foi obrigado a ir para a África quando o pai se tornou um agente diplomático.
- (D) Para Pessoa, ficar desacompanhado era uma forma de entreterimento.
- (E) O poeta deixou Lisboa muito pouco e sempre o fez por motivos alheios à sua vontade.

3

Em qual dos trechos a alteração da pontuação mantém o sentido original e respeita a norma-padrão?

- (A) “Existe uma ironia ao fazer-se um guia a partir de um roteiro turístico escrito por Fernando Pessoa: embora ele tenha detalhado cada ponto de Lisboa, cidade onde nasceu e viveu, o maior poeta português não gostava de viajar” (ℓ. 1-5) — Existe uma ironia, ao fazer-se um guia a partir de um roteiro turístico escrito por Fernando Pessoa. Embora ele tenha detalhado cada ponto de Lisboa, cidade onde nasceu e viveu, o maior poeta português não gostava de viajar.
- (B) “Após a morte do pai, a sua mãe casou-se com o militar João Miguel Rosa, que, por sua vez, se tornou cônsul de Portugal na cidade africana, obrigando a família a mudar-se” (ℓ. 9-12) — Após a morte, do pai, a sua mãe, casou-se com o militar João Miguel Rosa, que, por sua vez, se tornou cônsul, de Portugal, na cidade africana, obrigando a família a mudar-se.
- (C) “Para Pessoa, Lisboa foi mais do que uma cidade, foi a pátria, condensadamente. E desde que nela lançou âncora, em 1905, nunca mais daí saiu” (ℓ. 15-18) — Para Pessoa, Lisboa foi mais do que uma cidade: foi a pátria, condensadamente, e, desde que nela lançou, âncora, em 1905, nunca mais, daí saiu.
- (D) “Isso ajuda a explicar o fato de ter sido um verdadeiro andarilho, indo de um lado para o outro, algo que acabaria por constituir a sua própria personalidade. Era caminhando que pensava, que refletia” (ℓ. 24-28) — Isso ajuda a explicar o fato, de ter sido um verdadeiro andarilho. Indo de um lado para o outro, algo que acabaria por constituir a sua própria personalidade, era caminhando que pensava, que refletia.
- (E) “Para ele era uma maneira de estar sozinho de fato, bem como uma forma de ter ideias, era uma maneira de criar. Depois, nos diários que fez, dizia as ideias que tinha tido em tal passeio” (ℓ. 29-32) — Para ele, era uma maneira de estar sozinho de fato, bem como uma forma de ter ideias; era uma maneira de criar. Depois, nos diários que fez dizia as ideias, que tinha tido em tal passeio.

4

O trecho em que o pronome entre parênteses substitui a expressão destacada, de acordo com a norma-padrão, é

- (A) “embora ele tenha detalhado **cada ponto de Lisboa**” (ℓ. 3). (o tenha detalhado)
- (B) “só deixou **a sua cidade natal** em raras ocasiões” (ℓ. 5-6) (deixou-lhe)
- (C) “obrigando **a família** a mudar-se” (ℓ. 11-12) (obrigando-lhe)
- (D) “dedicava **a traduções**” (ℓ. 22) (as dedicava)
- (E) “algo que acabaria por constituir **a sua própria personalidade**” (ℓ. 26-27) (constituir-lhe)

5

O sentido de **fincada** (ℓ. 14-15) no texto equivale ao de

- (A) enterrada
- (B) encostada
- (C) plantada
- (D) pregada
- (E) fixada

6

No trecho “Depois, nos diários que fez, dizia as ideias que tinha tido em tal passeio. Os passeios para ele eram também momentos de criação.” (ℓ. 31-33) a junção dos períodos em apenas um mantém o sentido original e está adequada à norma-padrão em:

- (A) Nos diários que fez, dizia as ideias que tinha tido depois em tal passeio, os quais, para ele, eram também momentos de criação.
- (B) Embora os passeios para ele tivessem sido também momentos de criação, depois, nos diários que fez, dizia as ideias que tinha tido em um passeio tal.
- (C) Depois, nos diários que fez, dizia as ideias que tinha tido em tal passeio, mas os passeios para ele eram também momentos de criação.
- (D) Ainda que os passeios para ele fossem também momentos de criação, ele dizia as ideias que tinha tido em tal passeio, nos diários que fez depois.
- (E) Os passeios para ele eram também momentos de criação: assim, depois, nos diários que fez, dizia as ideias que tinha tido em tal passeio.

7

O verbo em destaque está flexionado de acordo com a norma-padrão em:

- (A) Como **haviam** muitos interessados na viagem, foi feito um sorteio.
- (B) Muitos turistas **parecem** não respeitar os limites de horário impostos pelas agências.
- (C) Existem pessoas que **parecem estarem** sempre à procura de roteiros de viagens.
- (D) **Convêm** os turistas estarem conscientes das leis de cada localidade conhecida.
- (E) Para os turistas, **parecem** não existirem lugares difíceis de conhecer.

8

O acento indicativo de crase está empregado de acordo com a norma-padrão em:

- (A) Chego na sua casa daqui **à** poucos minutos.
- (B) Fico **à** esperar uma visita sua aqui em Lisboa.
- (C) Desejo **à** seu grupo uma boa viagem pela Europa.
- (D) Do fado **à** canção regional, são expressivas as músicas lusitanas.
- (E) Estimo **à** todos os viajantes que tenham boas lembranças de seu turismo.

O texto a seguir é um memorando hipotético. Considere-o para responder às questões de n^{os} 9 e 10.

Mem 118/DJ

Aos Srs. Chefes de Departamento

Assunto: Alteração das normas de repasse de verbas

Prezados Srs.

5 Dirijo-me aos senhores para informar que houve decreto que estabeleceu novas normas que vão de encontro às anteriores, no que diz respeito ao repasse de verbas para financiamento de projetos e que essas normas irão vigorar a partir de janeiro do próximo ano.

10 Desta forma, resolvemos terminar com os projetos ainda não iniciados para adaptá-los às novas normas e fazer com que sigam as novas orientações.

Pedimos, então, que todos os projetos em que há essas características sejam revisados pelos Departamentos.

15 A esse memorando segue, anexa, a relação dos projetos que se enquadram nessa categoria.

Sem mais, estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Um abraço de

20 **J. Félix da Silva**

Diretor Executivo

9

Avaliando-se o memorando apresentado, constata-se que, de acordo com o Manual de redação da Presidência da República, a informação obrigatória que **NÃO** figura em seu cabeçalho é a seguinte:

- (A) os endereços dos chefes de departamento a quem o remetente se dirige.
- (B) a referência à correspondência anterior falando sobre o assunto relacionado.
- (C) o local e a data colocados no campo direito do documento.
- (D) o campo que especifica a presidência da instituição.
- (E) o tipo e o número do expediente, seguido da sigla do órgão que o expede.

10

Dada a relação existente entre o emissor e os destinatários, segundo o Manual de redação da Presidência da República, o fecho adequado deveria ser

- (A) Atenciosamente
- (B) Respeitosamente
- (C) Sem mais
- (D) À espera de resposta
- (E) Com toda a minha consideração

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

11

Na complexa organização da Administração Pública federal, atuam diversas pessoas jurídicas, dentre as quais as autarquias.

Considera-se um privilégio das autarquias a

- (A) execução privada
- (B) quitação de taxas federais
- (C) impenhorabilidade dos seus bens
- (D) irresponsabilidade dos seus dirigentes
- (E) equiparação com as sociedades de economia mista

12

Nos termos da Lei Geral de Licitações, regra geral, as obras e serviços destinados aos mesmos fins terão projetos organizados por tipos, categorias ou classes.

Trata-se da incidência do princípio da

- (A) transparência
- (B) funcionalidade
- (C) competitividade
- (D) impessoalidade
- (E) padronização

13

O objeto da licitação, quando se tratar de obra ou serviço, deve estar baseado em

- (A) pagamento antecipado das despesas iniciais
- (B) projeto básico aprovado pela autoridade competente
- (C) convite aos interessados publicado em Diário Oficial
- (D) audiência pública para escolha da espécie de licitação
- (E) autorização prévia dos órgãos de controle, inclusive do Ministério Público

14

Como regra geral, nos termos da Lei Geral que regula os contratos administrativos, fica estabelecido que a duração desses contratos está vinculada à

- (A) eficácia do ajuste
- (B) economicidade da execução
- (C) periodização do contrato
- (D) vigência do crédito orçamentário
- (E) autorização da autoridade competente

15

Quando um contrato é atingido no seu equilíbrio econômico-financeiro, diante de fatos previsíveis, mas de consequências incalculáveis para a execução do ajustado, deve ser aplicada a denominada

- (A) revisão
- (B) reparação
- (C) indenização
- (D) retenção
- (E) estabilização

16

Historicamente, grassava crítica quanto à amplitude das normas que os responsáveis pela elaboração da Lei Orçamentária estabeleciam, dificultando a sua execução.

Atualmente, o problema foi resolvido pela aplicação do denominado princípio da

- (A) anualidade
- (B) periodicidade
- (C) universalidade
- (D) exclusividade
- (E) modicidade

17

Na busca do equilíbrio orçamentário, o Governo estabelece uma meta para *superavit* do orçamento corrente.

Tal receita, consoante a Lei Geral que regula a Contabilidade Pública, é considerada como sendo uma receita de

- (A) capital
- (B) inversão
- (C) exploração
- (D) aplicação
- (E) patrimônio

18

A Lei de Responsabilidade Fiscal foi considerada uma Lei nacional aplicável a todas as esferas de governo, criando limitações aos administradores públicos de todos os matices e estabelecendo severas sanções para o seu descumprimento.

No caso de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, a sua adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e a compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias será acompanhada de declaração do

- (A) chefe do executivo
- (B) ordenador de despesa
- (C) gerente geral do órgão
- (D) controlador orçamentário interno
- (E) fiscal orçamentário externo

19

No controle externo da atividade administrativa, no aspecto financeiro e contábil, atua o Tribunal de Contas da União.

Sua atividade é considerada de natureza

- (A) especial
- (B) mista
- (C) jurisdicional
- (D) administrativa
- (E) extravagante

20

No controle dos atos administrativos realizados pelo Poder Judiciário, deve ocorrer a sua circunscrição quanto ao aspecto da

- (A) legalidade
- (B) vinculação
- (C) finalidade
- (D) motivação
- (E) discricionariedade

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21

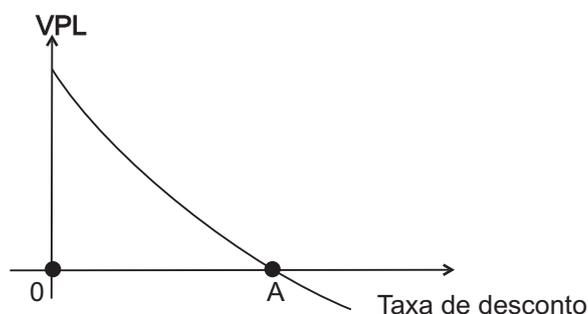
Há várias funções clássicas do administrador financeiro de uma empresa.

NÃO constitui uma dessas funções a(o)

- (A) elaboração do orçamento de capital
- (B) gestão da cobrança aos clientes
- (C) gestão do pagamento aos fornecedores
- (D) gestão da manutenção do ativo fixo
- (E) relacionamento com os bancos

22

A Figura abaixo apresenta a variação do Valor Presente Líquido (VPL) de um projeto de investimento com a taxa de desconto usada para calculá-lo.



Nessa Figura, o segmento de reta OA representa o(a)

- (A) custo de capital para a empresa investidora
- (B) valor presente líquido do projeto
- (C) período de retorno do capital investido no projeto
- (D) taxa de juros vigente no mercado financeiro
- (E) taxa interna de retorno do projeto

23

O fluxo financeiro de um projeto de investimento é composto de um gasto inicial seguido de uma série de recebimentos e tem Valor Presente Líquido (VPL) positivo calculado à taxa de desconto adequada R. Para a avaliação do risco do projeto, uma análise de sensibilidade é conduzida supondo que todos os recebimentos diminuam 5%, sem haver alteração no gasto inicial nem no custo de capital para o empreendimento.

Com esses novos valores financeiros, o (a)

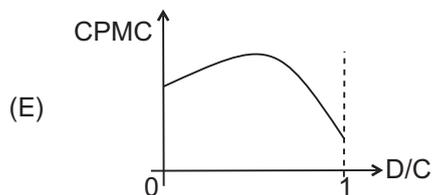
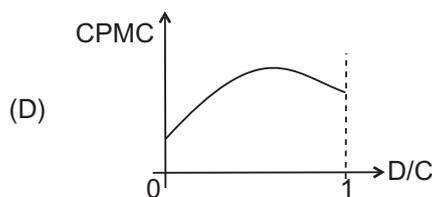
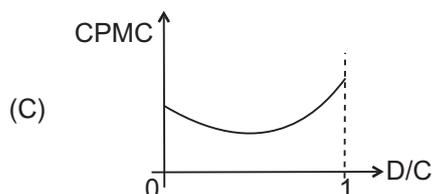
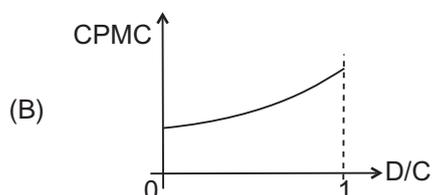
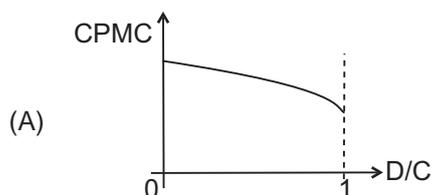
- (A) VPL do projeto calculado à taxa R diminui mais do que 5%.
- (B) período de retorno do capital Investido diminui 5%.
- (C) taxa interna de retorno do projeto não se altera.
- (D) taxa interna de retorno do projeto aumenta 5%.
- (E) taxa de desconto R para cálculo do VPL diminui 5%.

RASCUNHO

24

Os dirigentes de uma empresa desejam determinar o grau ótimo de alavancagem financeira e consideram alguns gráficos que mostram a relação do custo médio ponderado de capital (CMPC) em função da participação de terceiros nos recursos de longo prazo da empresa (D/C).

A alavancagem ótima implicará o uso, tanto de recursos de terceiros quanto de recursos próprios, se o gráfico considerado for



25

Segundo a teoria desenvolvida por Franco Modigliani e Merton Miller, em uma situação sem impostos, de mercados completos perfeitamente competitivos e sem externalidades, o valor de uma empresa no mercado depende apenas da qualidade e quantidade de seus ativos (investimentos), e não da forma pela qual são financiados. Nessa situação, para uma empresa, o custo médio ponderado de capital

- (A) aumenta com o seu grau de alavancagem financeira.
- (B) independe do seu grau de alavancagem financeira.
- (C) independe do setor da economia onde atua.
- (D) independe da qualidade dos seus ativos.
- (E) diminui com seu grau de alavancagem operacional.

26

Uma empresa vai ser constituída para realizar um projeto de investimento cuja taxa de retorno esperada é de 10% ao ano. A estrutura do capital da empresa será tal que uma dívida de longo prazo, à taxa de juros de 5% ao ano, será a origem de 2/3 dos recursos necessários. O 1/3 restante será proveniente de capital próprio.

Supondo que não haja impostos, a taxa anual de retorno esperada sobre o capital próprio é de

- (A) 5%
- (B) 10%
- (C) 15%
- (D) 20%
- (E) 25%

27

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é uma importante fonte de financiamento a longo prazo no Brasil. Os juros que ele cobra costumam compor-se de um custo financeiro básico, ao qual se adicionam taxas como as de remuneração do BNDES e de risco de crédito. O custo financeiro básico, em muitos casos, é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a qual atualmente é

- (A) fixada periodicamente nas reuniões do Comitê de Política Monetária do Banco Central.
- (B) fixada periodicamente pelo Conselho Monetário Nacional.
- (C) calculada pela média do custo do crédito ao consumidor no mercado bancário brasileiro.
- (D) calculada pela média do custo de crédito às empresas no mercado bancário brasileiro.
- (E) calculada pela média da inflação (IPCA) do trimestre anterior acrescida de 0,25% ao trimestre.

28

Ao operar certa linha de produção, uma empresa paga pelas matérias-primas compradas 15 dias após começar a usá-las no seu processo produtivo. Esse processo dura 5 dias, e o período de estocagem dos produtos acabados, até sua venda, é de 10 dias. Um mês após a venda a empresa recebe o pagamento.

Se a empresa conseguisse reduzir o prazo para recebimento de um mês para 15 dias, ela reduziria seu ciclo de caixa nessa linha de produção de

- (A) 1 mês para 15 dias
- (B) 1 mês para 10 dias
- (C) 2 meses para 45 dias
- (D) 2 meses para 1 mês
- (E) 45 dias para 1 mês

29

Um projeto de investimento vai ser realizado por certa empresa X, a qual tem muitas outras atividades. Para o novo projeto, X solicita um financiamento bancário na modalidade *Project Finance*, e para a execução do projeto será constituída uma Sociedade de Propósito Especial (SPE). Observe as afirmações a seguir concernentes à operação financeira em questão.

- I – O financiamento bancário será concedido à SPE constituída.
- II – A empresa X capitalizará a SPE constituída.
- III – As garantias ao banco financiador serão primordialmente feitas pela SPE constituída, baseadas no seu capital e no fluxo financeiro do projeto.
- IV – A SPE constituída não pode ser uma Sociedade Anônima.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e III, apenas
- (B) II e IV, apenas
- (C) III e IV, apenas
- (D) I, II e III, apenas
- (E) I, II, III e IV

30

O Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) faz parte do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) e se responsabiliza pela

- (A) fixação da taxa de juros dos depósitos por um dia entre as instituições financeiras (depósitos interfinanceiros – DI).
- (B) liquidação de negociações e custódia de títulos públicos federais.
- (C) liquidação de negociações e custódia de ações negociadas nas bolsas de valores.
- (D) regulamentação das instituições financeiras monetárias com recursos líquidos.
- (E) operação do mercado de divisas internacionais no Brasil.

31

Sob o ponto de vista objetivo, o orçamento público abrange um conjunto de normas relativas à sua preparação, aprovação legislativa, execução e controle. Desde o seu surgimento, o orçamento público apresentou diferentes características que retratam o seu processo evolutivo.

A elaboração com foco nos resultados e sem vinculação direta com o planejamento governamental é a principal característica do orçamento

- (A) base-zero
- (B) por desempenho
- (C) programa
- (D) participativo
- (E) tradicional

32

A elaboração da proposta orçamentária e a execução do orçamento aprovado cabem a pessoas especificamente designadas e chamadas de agentes públicos. Existem diferentes categorias de agentes públicos, de acordo com a extensão e as peculiaridades das funções que desempenham.

Aqueles que são investidos em cargos, funções, mandatos ou comissões, por nomeação, eleição, designação ou delegação para o exercício de atribuições constitucionais são os agentes

- (A) políticos
- (B) delegados
- (C) honoríficos
- (D) comissionados
- (E) administrativos

33

De acordo com os conceitos e categorias de receitas previstas na Lei nº 4.320/1964, constituem receitas orçamentárias os recursos provenientes de

- (A) cauções
- (B) depósitos em garantia
- (C) emissões de papel-moeda
- (D) compensações financeiras
- (E) operações de crédito por antecipação da receita

34

A realização da receita orçamentária se dá em estágios, caracterizados por fatos e procedimentos que dão objetividade aos registros contábeis.

O momento a partir do qual os valores estão efetivamente disponíveis para o ente público caracteriza o estágio da(o)

- (A) arrecadação
- (B) liquidação
- (C) lançamento
- (D) pagamento
- (E) recolhimento

35

Em um dado exercício, um determinado órgão teve créditos orçamentários aprovados para aquisição de bens, materiais e serviços com o seguinte detalhamento:

Item	Valor	Item	Valor
Computadores	5.000,00	Seguro para veículos	3.000,00
Impressoras	3.000,00	Serviço de limpeza e vigilância	18.000,00
Material de expediente	12.000,00	Livros	3.500,00
Mobiliário (estantes, mesas e cadeiras)	25.000,00	Aparelho de ar condicionado	2.500,00
Diárias	10.000,00	Pen-drives	500,00
Passagens aéreas	15.000,00	Frigobar	1.000,00
Veículos	70.000,00	Forno de Micro-ondas	500,00
Combustível	8.000,00	Serviços de Telefonia e Internet	3.000,00

Em relação ao total dos créditos aprovados, os montantes das despesas correntes e das despesas de capital representam, respectivamente,

- (A) 40,3% e 59,7%
- (B) 40,6% e 59,4%
- (C) 38,3% e 61,7%
- (D) 40,8% e 59,2%
- (E) 39,7% e 60,3%

As informações a seguir devem ser usadas para responder às questões de nºs 36 e 37.

Em um dado exercício, ao final do primeiro semestre, a prefeitura de um município brasileiro reavaliou as despesas fixadas na Lei Orçamentária Anual e detectou a necessidade de abertura de créditos adicionais para despesas não incluídas no orçamento. Os seguintes dados contábeis foram disponibilizados (valores em reais):

Superavit financeiro do exercício anterior	7.800,00
Receita estimada para o semestre	57.500,00
Receita arrecadada no semestre	63.800,00
Previsão de queda na arrecadação no segundo semestre	2.500,00
Crédito especial do exercício anterior reaberto no exercício	4.700,00
Crédito extraordinário aberto no exercício	1.400,00
Dotações anuláveis	6.200,00
Operação de crédito autorizada para novas despesas	10.000,00

36

Com base nos dados apresentados e nas definições de créditos adicionais da Lei nº 4.320/1964, os valores utilizáveis do *superavit* financeiro e do excesso de arrecadação, para fins de abertura de créditos adicionais, são, respectivamente,

- (A) 7.800,00 e 6.300,00
- (B) 7.800,00 e 2.400,00
- (C) 6.400,00 e 3.800,00
- (D) 3.100,00 e 2.400,00
- (E) 1.700,00 e 3.800,00

37

Com base nos dados apresentados e nas definições de créditos adicionais da Lei nº 4.320/1964, o valor total disponível para abertura de créditos adicionais é

- (A) 14.000,00
- (B) 15.500,00
- (C) 17.900,00
- (D) 20.200,00
- (E) 21.700,00

38

Em determinado município brasileiro, o prefeito Y é eleito no ano de 2012 para um mandato de quatro anos. Assim como a União e os Estados, os municípios têm de elaborar o Plano Plurianual (PPA).

Considerando as informações dadas e as normas e prazos para elaboração do PPA dispostos na Constituição Federal,

- (A) o município é governado pelo prefeito Y no período de 2012-2015.
- (B) o PPA do município, elaborado pelo prefeito Y, tem o período de 2013-2016.
- (C) o orçamento do primeiro ano de mandato obedece às definições do PPA elaborado pelo prefeito anterior.
- (D) o prefeito Y não executa o último ano de mandato, que fica sob responsabilidade do seu sucessor.
- (E) todas as leis de diretrizes orçamentárias do mandato do prefeito Y são orientadas pelo PPA elaborado em sua gestão.

39

Os créditos orçamentários transferidos de um Ministério para outro Ministério, integrante da mesma esfera de governo, conceitualmente representam um(a)

- (A) destaque
- (B) provisão
- (C) dotação
- (D) descentralização interna
- (E) transferência voluntária

As informações a seguir devem ser usadas para responder às questões de nºs 40 e 41.

Em um determinado exercício, uma despesa fixada em R\$ 50.000,00 foi 90% empenhada, 80% liquidada e 90% paga.

40

Naquele exercício, o desembolso financeiro efetivo relativo a essa despesa foi de

- (A) 45.000,00
- (B) 40.500,00
- (C) 40.000,00
- (D) 36.000,00
- (E) 32.400,00

41

O total inscrito em restos a pagar ao final do exercício será de

- (A) 12.600,00
- (B) 9.500,00
- (C) 9.000,00
- (D) 5.000,00
- (E) 3.600,00

42

O suprimento de fundos consiste na entrega de numerário a servidor, sempre precedida de empenho na dotação própria, para o fim de realizar despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação. O suprimento de fundos poderá ser utilizado para atender a diversos casos.

NÃO constitui um desses casos as despesas

- (A) em viagem e com serviços especiais que exijam pronto pagamento
- (B) eventuais que exijam pronto pagamento
- (C) extraordinárias e urgentes
- (D) de caráter sigiloso
- (E) de pequeno vulto

43

Na organização da Administração Pública no Brasil, possuem autonomia política as(os)

- (A) empresas públicas
- (B) fundações
- (C) autarquias
- (D) municípios
- (E) sociedades de economia mista

44

Os órgãos da Administração Pública atendem a sucessivos governos dos mais variados matizes políticos. Essa circunstância não afeta os órgãos administrativos dada a sua característica de

- (A) neutralidade
- (B) parcialidade
- (C) honestidade
- (D) validade
- (E) entidade

45

Uma das características das entidades paraestatais consiste na sua criação por

- (A) decreto
- (B) lei
- (C) instrução normativa
- (D) estatuto
- (E) aviso

46

Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal o resultado do Banco Central do Brasil, apurado após a constituição ou reversão de reservas, constitui receita do Tesouro Nacional, e será transferido até o

- (A) primeiro dia útil subsequente à aprovação dos balanços semestrais
- (B) terceiro dia útil subsequente à aprovação dos balanços semestrais
- (C) quinto dia útil subsequente à aprovação dos balanços semestrais
- (D) oitavo dia útil subsequente à aprovação dos balanços semestrais
- (E) décimo dia útil subsequente à aprovação dos balanços semestrais

47

A autarquia criada pelo ente público para prestar determinados serviços tem como característica a sua

- (A) vinculação
- (B) dependência
- (C) autonomia
- (D) organização
- (E) funcionalidade

48

Na Administração Pública brasileira existem os denominados órgãos primários. Nessa categoria podem ser alocados os

- (A) provisionadores
- (B) departamentos
- (C) inspetores
- (D) ministérios
- (E) tribunais

49

Quando a lei estabelece que as informações dos órgãos públicos devem estar disponíveis a todos mediante acesso facilitado, atende-se ao primado do princípio aplicável à Administração Pública que consiste na

- (A) proporcionalidade
- (B) impessoalidade
- (C) publicidade
- (D) razoabilidade
- (E) finalidade

50

Nos termos da Lei nº 4.320-1964, é considerada receita patrimonial a originária de:

- (A) alienação
- (B) dividendos
- (C) amortizações
- (D) operações de crédito
- (E) dívida ativa

51

De acordo com o Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, a criação de condições para o exercício do controle social sobre os programas contemplados com recursos oriundos dos orçamentos da União visa a fortalecer este mecanismo de controle público.

Nesse contexto, **NÃO** é uma atribuição do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal

- (A) examinar a constituição dos mecanismos de controle social.
- (B) verificar a adequabilidade da operação dos mecanismos de controle social.
- (C) assegurar a representatividade dos agentes nos mecanismos de controle social.
- (D) analisar a efetividade e a independência dos agentes nos mecanismos de controle social.
- (E) avaliar os mecanismos de controle social previstos nos respectivos programas de governo.

52

Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias e dos direitos e haveres da União está entre as atribuições da(o)

- (A) Controladoria Geral da União
- (B) Secretaria do Tesouro Nacional
- (C) Senado Federal
- (D) Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal
- (E) Tribunal de Contas da União

53

Uma entidade da administração pública, em um dado exercício, recebeu recursos da União, mediante a celebração de um convênio e, ao final do prazo estipulado, a entidade entregou um relatório incompleto, sem a devida comprovação da aplicação desses recursos.

De acordo com o Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, tal situação enseja uma

- (A) tomada de contas ordinária
- (B) tomada de contas especial
- (C) tomada de contas extraordinária
- (D) prestação de contas especial
- (E) processo de contas extraordinário

54

A atividade que tem entre os seus objetivos verificar a efetividade e a aplicação de recursos externos, oriundos de agentes financeiros e organismos internacionais, por unidades ou entidades públicas executoras de projetos celebrados com aqueles organismos, conforme o Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, é denominada auditoria

- (A) contábil
- (B) de gestão
- (C) especial
- (D) externa
- (E) operacional

55

A opinião do auditor precisa estar fundamentada em fatos comprovados, evidências factuais e informações irrefutáveis. Considere um auditor que precisa certificar-se de (i) informações relativas a empréstimos contraídos pela entidade auditada, tais como: valores amortizados, atualização monetária e juros e (ii) precisão dos valores apresentados de equivalência patrimonial sobre os investimentos.

Esse auditor deve recorrer, respectivamente, às técnicas de

- (A) conferência de cálculos e de exame da escrituração
- (B) circularização e de conferência de cálculos
- (C) circularização e de exame da escrituração
- (D) exame da escrituração e de inquérito
- (E) inquérito e de circularização

56

Durante um trabalho de auditoria, um auditor examinou um conjunto de instrumentos financeiros de uma entidade, para os quais não foram apresentadas as análises de riscos. O auditor considerou o fato relevante devido ao montante de recursos envolvidos, de forma que o desfecho das operações com instrumentos financeiros pode afetar significativamente a posição patrimonial e financeira da entidade.

Como não houve certeza quanto ao desfecho das operações, o auditor deve emitir um parecer

- (A) adverso
- (B) com abstenção de opinião
- (C) com ressalvas
- (D) com ressalvas e com parágrafo de ênfase
- (E) sem ressalvas e com parágrafo de ênfase

57

A Instrução Normativa da Controladoria Geral da União nº 07/2006 dispõe que a apresentação dos resultados dos trabalhos de auditoria interna será efetuada por meio do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna, o qual conterá o relato sobre as atividades de auditoria interna do período.

NÃO integra(m) a estrutura desse relatório

- (A) a descrição das ações de auditoria interna realizadas pela entidade
- (B) o desenvolvimento institucional e a capacitação da auditoria interna
- (C) o relato gerencial sobre a gestão de áreas essenciais da unidade
- (D) as notificações emitidas em decorrência de não conformidades
- (E) os fatos relevantes de natureza organizacional com impacto sobre a auditoria interna

58

De acordo com a Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507/2011, o instrumento por meio do qual é ajustada a transferência de crédito de órgão ou entidade da Administração Pública Federal para outro órgão ou entidade federal da mesma natureza é o

- (A) convênio
- (B) contrato de repasse
- (C) termo de cooperação
- (D) termo de parceria
- (E) termo de referência

59

Nos termos da Portaria TCU nº 175/2013 e Decisão Normativa TCU nº 127/2013, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) é uma unidade jurisdicionada que deve apresentar relatório de gestão do tipo

- (A) individual
- (B) integrado
- (C) agregado
- (D) consolidado
- (E) unificado

60

A Instrução Normativa TCU nº 71/2012 dispõe que, salvo determinação em contrário do Tribunal de Contas da União, fica dispensada a instauração da tomada de contas especial, nos casos em que

- (A) a avaliação do valor do dano for imprecisa.
- (B) a ocorrência do dano for comprovadamente alheia à vontade do responsável.
- (C) houver dificuldade de identificação dos responsáveis pelo dano.
- (D) houver transcorrido prazo superior a cinco anos entre a data de ocorrência do dano e a primeira notificação pela autoridade administrativa competente.
- (E) o valor do débito atualizado monetariamente for inferior a R\$ 75.000,00.

RASCUNHO